

Arinos e Fernando Henrique encontram ministros militares

Janio de Freitas

Em defesa dos moderados

O ministro do Exército adverte que a Constituinte não está refletindo o povo, "que é moderado". Em outro país, talvez se perguntasse onde foram recolhidas as manifestações de que o povo está considerando a Constituinte mais avançada do que seus desejos. No Brasil, a pergunta é incabível: o povo é obviamente moderado.

Moderado na nutrição, moderado na saúde, moderado na alfabetização, moderado na posse de moradia, moderado no salário mínimo, moderado no salário médio, moderado nos direitos humanos, moderado nas horas para lazer, moderado no uso de transportes decentes, moderado no agasalho, moderado nas possibilidades de emprego, moderado na posse de calçados, moderado na segurança do trabalho, moderado no poder aquisitivo, moderado na sobrevivência infantil, moderado nos direitos políticos, moderado na incorporação pelo crescimento econômico, moderado na duração média da vida, moderado na posse da terra, moderado na atenção dos poderes públicos, moderado, muito moderado, nas perspectivas de melhoria, qualquer melhoria. Tem razão a advertência: o povo brasileiro é moderado, mesmo.

"A vontade do governo não está vigorando na Constituinte" — é outra das advertências do ministro. Indiscutível.

Como se sabe, o governo tornou-se governo pela expressa vontade da maioria do povo, que o elegeu pelo voto soberano e direto. Mais ainda: o governo, se comparado ao povo, é a maioria, logo, sua vontade tem que

prevalecer sobre as decisões tomadas ou a serem adotadas pelos parlamentares que não representam o eleitorado, por terem sido eleitos indiretamente e por uma composição de cúpulas partidárias restritas a meia dúzia de políticos. Além disso, o governo não está tentando manipular a Constituinte em causa própria, mas em questões que dizem respeito ao estrito bem-estar do povo, como o mandato de cinco e, se afinal prevalecer a vontade da maioria, de seis anos.

O desvirtuamento da Constituinte só vem sendo possível porque ela está "nas mãos de uma minoria ativa e disciplinada". Note bem que a advertência refere-se à "minoria ativa", não "da ativa", nem a referência à disciplina, a mais característica norma de certos setores, tinha tal endereço. Sucinta, para penetrar mais fundo, a advertência não identificou a minoria que age para adequar a Constituição a seus propósitos.

Não há tantas minorias com este poder e, portanto, não é difícil deduzir qual seria ela. Já é velha frequentadora da História do Brasil, pelo menos desde a Proclamação da República, nascida — não custa exibir cultura, embora a falta de conexão com o assunto — quando Deodoro desembainhou a espada (os textos e as gravuras não registram quando a recolheu).

São úteis as advertências como as de agora. Incutem fé e esperança nos moderados. Por lhes mostrar que a institucionalização da democracia está vigiada pelo espírito democrático. Dos não moderados.

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), centro-direita (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"), reuniu-se ontem, em seu apartamento, em Brasília, com os ministros do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves; da Marinha, almirante-de-esquadra Henrique Saboia; da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Octávio Moreira Lima, e do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), general Paulo Campos Paiva. Participaram ainda do encontro o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso; e os deputados Luiz Henrique (PMDB-SC), centro-esquerda; Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), direita; e Bonifácio de Andrada (PDS-MG), centro-direita.

Os quatro ministros militares aceitaram a adoção de um sistema parlamentarista em que o presidente da República mantenha alguns de seus poderes. Mas querem que o Congresso constituinte negocie com o presidente José Sarney a data da implantação do regime de governo no país. "Eles consideram que o presidente da República é uma figura institucional representativa e é peça indispensável ao processo de transição. Eu também acho", disse o senador Afonso Arinos, após a reunião-almoço que durou duas horas e trinta minutos. Segundo ele, os militares não são "obstáculo" para a implantação do parlamentarismo na nova Constituição.

Os ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica saíram do encontro sem falar com os jornalistas. O ministro-chefe do Emfa, general Paulo Campos Paiva, disse enquanto entrava no carro que "o parlamentarismo pode até ser a solução. Mas, na prática, o presidencialismo tem se mostrado melhor para a realidade brasileira".

Além de Afonso Arinos, o senador Fernando Henrique Cardoso e os deputados Bonifácio de Andrada, Sandra Cavalcanti e Luiz Henrique defenderam a implantação imediata do parlamentarismo a partir da promulgação da nova Constituição. Mas as datas não foram discutidas. "Estou disposto a todas as negociações", disse o presidente da Comissão de Sistematização, que fez uma demorada exposição sobre os sistemas de governo na história republicana brasileira.

Casuísmo

Os militares pediram "esclarecimentos" sobre a opção doutrinária do Congresso constituinte pelo parlamentarismo. Eles são contrários a



O ministro-chefe do Emfa, general Paulo Campos Paiva (esq.), conversa com Afonso Arinos no apartamento do senador

Texto propõe sistema "aleijado", diz Brossard

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, disse ontem que o parlamentarismo na forma como está colocado no substitutivo é um sistema "aleijado". Ele afirmou lamentar "que tenha sido adotado um modelo com uma perna bem mais curta que a outra". Segundo Brossard, a adoção de eleições diretas para presidente da República no parlamentarismo é uma "heresia" em relação ao parlamentarismo puro.

Ao parlamentarismo como está

sendo proposto pelo substitutivo, o ministro prefere o atual sistema presidencialista. "Sou parlamentarista desde os tempos de estudante", disse, mas acrescentou: "Ou se adota o sistema parlamentarista no seu conjunto ou não se adota. Remendo é que não dá". Brossard afirmou que não sistema parlamentarista o presidente não governa, "e da mesma forma que o gabinete deve responder perante a Câmara, esta deve responder ao seu eleitorado".

uma escolha que esteja calcada numa análise apenas conjuntural e, portanto, "casuística". "Eles estão de acordo em que não compete às Forças Armadas impor uma forma de governo", disse Arinos.

Mesmo assim, os ministros militares querem que a proposta de

sistema parlamentarista seja alterada antes de ser votada na Comissão de Sistematização. Pelo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), entregue na quarta-feira, o presidente da República tem uma função quase decorativa. Este texto foi baseado numa emenda do próprio

senador Afonso Arinos, que embora defenda historicamente o parlamentarismo, aceita negociações, inclusive acerca da dilatação do mandato.

"Não faço questão daquele texto em si", disse Arinos, acrescentando que "eles (os ministros militares) estão de acordo conosco em que o presidente é uma peça necessária nessa fase de transição". Dizendo que não tentou "convencer" seus interlocutores sobre as vantagens do parlamentarismo, Arinos afirmou, sem citar nomes, que "alguns" ministros militares são parlamentaristas.

Nos próximos dias, Arinos pretende conversar Ulysses Guimarães para abrir um canal de negociações com o Palácio do Planalto. "As negociações dependem sobretudo da vontade, da decisão e do destino político do presidente Sarney", afirmou Arinos. A proposta de "Anistia" não foi discutida.

Leia a opinião da Folha no editorial "A opinião de Leonidas", à pág. A-2

Sarney diz a deputados que aceita um Congresso forte

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney aceita o presidencialismo com um Congresso Nacional forte, com poderes para legislar sobre matéria financeira e vetar ministros de Estado, entre outros itens. A afirmação é do deputado Aécio Neves Cunha (PMDB-MG), centro — neto do presidente eleito Tancredo Neves —, recebido em audiência ontem pela manhã, no Palácio do Planalto. No encontro, Sarney teria afirmado, ainda segundo o deputado, que o substitutivo entregue na quarta-feira, pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), à Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, não representa o consenso das forças políticas em vários pontos, inclusive em relação ao sistema parlamentarista de governo previsto no texto.

Aécio afirmou que Sarney vai agir para impedir a aprovação do parlamentarismo e, para isso, contaria com a ação de suas lideranças dentro do Congresso constituinte. "Ele está consciente de que vai ter que fazer uma negociação firme e em prazo curto." Segundo ele, o presidente revelou-se preocupado com os resultados apresentados até aqui pela Constituinte.

"Consciente"

O deputado Aécio Neves disse que o presidente José Sarney está "consciente" da repercussão das críticas feitas anteontem pelo ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, segundo o qual o Congresso constituinte estaria sendo dominado por "minorias".

O deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), direita, disse discordar "frontalmente" das declarações de Leonidas Pires Gonçalves. "Não concordo porque acho que não se pode fazer um juízo quando ainda não



O deputado Aécio Neves (PMDB-MG)

há uma posição definitiva na Constituinte", afirmou. Konder Reis, como Neves, defendeu, porém, o direito de o general opinar, "como qualquer cidadão". Disse também não ver qualquer ameaça ou advertência na manifestação: "é melhor que falem do que ajam". "O ministro do Exército tem o direito de opinar, mas sua opinião não será decisiva porque há uma margem para negociação; e essa margem é nossa, dos constituintes", afirmou Aécio Neves.

O deputado José Oliveira Costa (PMDB-AL), centro-esquerda — também recebido ontem pelo Sarney —, afirmou que o responsável pelas críticas do ministro é o relator Bernardo Cabral. "Acho que, na raiz da crise que se instalou, está o comportamento irresponsável do Bernardo Cabral, que ouviu todos, quis agradar a todos, o que é simplesmente impossível."

"Moderados" apontam "traição" de Cabral

Da Sucursal de Brasília

O grupo suprapartidário dos "moderados" do Congresso constituinte considera-se "traído" pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de centro. A definição do papel constitucional das Forças Armadas contida no substitutivo do relator não corresponde à solução negociada entre os "moderados" e o "grupo do consenso", formado majoritariamente pela ala de centro-esquerda do PMDB.

"Não sei, não tenho idéia", disse o senador José Richa (PMDB-PR), de centro, coordenador dos "moderados", ao ser indagado sobre o grupo que teria influenciado na alteração do texto do substitutivo. Depois de ter fechado posição com os dois maiores grupos suprapartidários do Congresso constituinte, Cabral alterou sua posição a partir de uma reunião com o "grupo de esquerda".

As 12h30 da última quarta-feira — a data de entrega do substitutivo —, Cabral alterou a redação do artigo 192. Pelo anteprojeto aprovado pela Comissão de Sistematização, as Forças Armadas "destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem". No substitutivo, a expressão "da lei e da ordem" foi substituída por "à garantia dos poderes constitucionais,



Righi, Dornelles, Sandra Cavalcanti, Afif, Távora e Prisco Viana (da esq. para dir.) durante reunião dos "conservadores"

e por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional".

"Transformaram as Forças Armadas numa coisa inútil", disse Richa. Para reverter o texto sobre as Forças Armadas e uma dezena de outros pontos, o grupo dos "moderados" está somando adesões dos membros

da Comissão de Sistematização, que começa a votar, no próximo dia 10 de setembro, o substitutivo.

Desde anteontem, os "moderados" estão se reunindo com membros da Sistematização. Segundo os "moderados", 35 membros da Comissão de Sistematização já aderiram. "Foi um

golpe", disse o líder do PTB no Congresso constituinte, deputado Gastone Righi (SP), de centro-direita, ao comentar a solução apresentada para as Forças Armadas. O grupo dos "conservadores" esteve reunido ontem, na Fundação Getúlio Vargas.

Comandantes apóiam críticas de Leonidas

Da Reportagem Local e dos Sucursais

O comandante militar do Sudeste, general Ivan Dentice Linhares, e o do 4º Comando Aéreo Regional, major-brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro, presentes à cerimônia religiosa da 30ª "Páscoa Militar" conjunta da cidade de São Paulo, celebrada na manhã de ontem no Campo de Marte (zona norte), criticaram o substitutivo apresentado à Comissão de Sistematização, na quarta-feira, em Brasília, pelo relator Bernardo Cabral.

Segundo o general Dentice Linhares, as "minorias radicais" poderão comprometer o futuro dos trabalhos do Congresso constituinte. "Faço minhas as palavras do ministro", afirmou, referindo-se às críticas do general Leonidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, feitas anteontem, durante reunião ministerial com o presidente José Sarney, ao Congresso constituinte. Costa Monteiro disse que as "minorias são as mesmas de sempre".

O presidente do Congresso constituinte em sua casa durante todo o dia para não dar declarações sobre o pronunciamento de Leonidas. Bernardo Cabral foi ao Congresso, mas negou-se a falar sobre qualquer assunto.



O arcebispo José de Almeida Batista (centro) celebra a 30ª "Páscoa Militar"

Já o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, 59, disse ontem, no Rio, após palestra na Escola Superior de Guerra (ESG), que a emenda prevendo anistia aos militares cassados, consistente do atual projeto de Constituição, é "um absurdo que, se for aprovado, não só vai aumentar o déficit público como também criar problemas graves nas Forças Armadas com repercussões

na vida democrática". Ele disse ainda concordar com o ministro Leonidas. O presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, disse que as críticas do ministro do Exército fizeram com que fosse instaurada uma "crise político-militar" no país. Para o governador Waldir Pires (BA), porém, "o ministro do Exército é um ministro de Estado, igual ao da Agricultura, da Saúde, da Educação, ele tem uma função política".

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM	
PRESENTES	AUSENTES
49 Congresso constituinte	510
Senado	não houve sessão
Câmara dos Deputados	não houve sessão
PRESENTES	AUSENTES
26 Assembléia Legislativa	58
Câmara Municipal	não há sessão às sextas-feiras